



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS
JUNTOS, CONSTRUÍMOS O AMANHÃ

PARECER Nº ____/2025

PROJETO DE LEI 24 /2025

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei Ordinária nº 24/2025

Autor: Vereador Renê Pires de Almeida

Ementa: “Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas escolas públicas municipais e cercanias.”

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei Ordinária nº 24/2025, de autoria do Vereador Renê Pires de Almeida, que tem por objetivo **instituir a obrigatoriedade da instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas dependências internas e nas cercanias das escolas públicas municipais de Maracás.**

O objetivo da proposta é contribuir para a prevenção de atos de violência, garantir maior segurança a alunos, professores, servidores e comunidade escolar, e auxiliar na identificação de eventuais ocorrências ilícitas nos ambientes educacionais.

II – COMPETÊNCIA E ASPECTOS LEGAIS

A matéria insere-se no âmbito do interesse local, sendo legítima a atuação do Poder Legislativo municipal, conforme estabelece o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

A proposta respeita os limites da autonomia do Poder Executivo, pois trata-se de **diretriz de política pública de segurança escolar**, cuja implementação prática dependerá de planejamento orçamentário, processo licitatório e regulação por decreto.

O projeto não fere os princípios constitucionais, e encontra respaldo legal também na **Lei nº 13.278/2016**, que trata da promoção de ações preventivas no ambiente escolar, e no **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, especialmente quanto à proteção integral do público infantojuvenil.

Além disso, a instalação de câmeras de segurança em instituições públicas deve respeitar os princípios da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)**, com foco na privacidade, finalidade e necessidade do tratamento das imagens captadas.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS
JUNTOS, CONSTRUÍMOS O AMANHÃ

III – REDAÇÃO FINAL

A redação está clara, concisa e atende aos requisitos da boa técnica legislativa. Recomenda-se que, em eventual regulamentação, o Poder Executivo defina:

- Quais áreas serão monitoradas (excluindo sanitários e locais que envolvam privacidade);
- Tempo de armazenamento das imagens;
- Responsável pela guarda e acesso aos dados.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final **manifesta-se favoravelmente à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 24/2025**, de autoria do Vereador Renê Pires de Almeida, estando o mesmo apto a seguir para as demais fases da tramitação legislativa.

Maracás, 15 de Julho de 2025.

NOBNOVAES
Vereadora Noélia Souza Novaes
Presidente da Comissão

Vereador Renê Pires de Almeida
Secretário da Comissão

[Assinatura]
Vereador Alex Gomes de Oliveira
Relator da Comissão



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS
JUNTOS, CONSTRUÍMOS O AMANHÃ